



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.529, de 2022, do Senador Guaracy Silveira, que *altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).*

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação da Comissão de Segurança Pública (CSP), em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 2.529, de 2022, de autoria do Senador Guaracy Silveira, que *altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir as informações sobre o combate ao crime organizado no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).*

A proposição faz alterações à Lei nº 13.675, de 2018 (Lei do Sistema Único de Segurança Pública), para:

- acrescentar a sistematização e o compartilhamento de informações sobre o combate ao crime organizado à lista de diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS);



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

- inserir a integração e o compartilhamento de informações sobre o combate ao crime organizado no rol de objetivos da PNSPDS;
- adicionar a integração de informações e dados prisionais, de rastreabilidade de armas e munições, de material genético, de digitais, de drogas e de combate ao crime organizado por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) como meio de integração e coordenação dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);
- incluir dados sobre o combate ao crime organizado, como tipos de crimes, infratores, armas e locais dos crimes, no Sinesp; e
- prever a integração das redes e sistemas de dados e informações sobre o combate ao crime organizado como objetivo do Sinesp.

A *vacatio legis* está prevista em 90 dias.

Na Justificação, o autor argumenta que o projeto trará ferramentas adequadas para um combate eficiente, sistemático e inteligente à criminalidade organizada que assola o País.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que a segurança pública é da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal, cabendo à primeira o papel de coordenação nacional, conforme

**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

determina a Lei nº 13.675, de 2018. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61 da Constituição Federal.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, o PL se alinha ao dever do Estado de garantia da segurança pública, previsto no art. 144 da Constituição Federal, e não viola direitos fundamentais.

De outra parte, não há vícios de juridicidade. A proposta inova o ordenamento jurídico, já que promove alterações relevantes na Lei do Sistema Único de Segurança Pública. O PL se mostra também efetivo, pois produzirá consequências práticas importantes, ao permitir uma abordagem mais adequada no enfrentamento ao crime organizado. A espécie normativa é adequada, na medida em que o tema deve ser tratado por lei ordinária. A norma é dotada de generalidade e está adequada aos princípios gerais de Direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao seu mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) foi criado pela Lei nº 12.681, de 2012, e com a publicação da Lei nº 13.675, de 2018, firmou-se como um dos meios e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), no bojo do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Conforme dispõe a Lei do Susp, o Sinesp tem por finalidade armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública e outras matérias correlatas. Integram o Sinesp todos os entes federados, que devem fornecer os dados e informações



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

de forma padronizada e categorizada, cuja fonte primária de coleta são os boletins de ocorrência policial.

Em atenção à referida lei, foi editada a Resolução nº 6, de 2021, do Conselho Gestor do Sinesp (ConSinesp/MJSP), que listou diversas categorias mínimas para composição dos Dados Nacionais de Segurança Pública, dentre os quais não estão listados os crimes relacionados à criminalidade organizada.

Como se sabe, o enfrentamento ao crime organizado é uma das principais demandas da sociedade brasileira na atualidade, de modo que a implementação de leis e políticas governamentais eficazes desempenha um papel fundamental na mitigação dessa grave ameaça à segurança pública.

Nesse sentido, a inclusão de dados e informações sobre o combate ao crime organizado no Sinesp permitirá uma abordagem mais estratégica e assertiva no enfrentamento desse tipo de criminalidade. Com dados precisos sobre os tipos de crimes, infratores, armas utilizadas e locais de ocorrência, as forças de segurança poderão envidar esforços de forma mais inteligente, identificar padrões de atuação das organizações criminosas e adotar medidas preventivas e repressivas mais eficientes.

No entanto, a Lei nº 14.899, de 17 de junho de 2024, inseriu um inciso sexto e um parágrafo único no art. 35 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, razão pela qual apresentamos uma emenda de redação para reenumerar esses dispositivos do Projeto. Os incisos quinto e sexto foram repetidos para trocar os pontos finais por ponto e vírgula e para adicionar um “e” ao final do inciso sexto.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, bem como, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.529, de 2022, com a seguinte emenda de redação:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

EMENDA Nº – CSP (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 35 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.529, de 2022:

Art. 35.

.....

V – enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas;

VI – enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; e

VII – combate ao crime organizado.

§ 1º Para fins de ampliação da integração dos dados e informações relacionados ao disposto no inciso VI do *caput* deste artigo, será garantida a interoperabilidade, no que couber, do Sinesp com o Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, de que trata a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021, observadas as restrições de publicidade disciplinadas na legislação.

§ 2º Os dados a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo serão reunidos em um banco de dados que conterà:

I – os tipos de crimes praticados;

II – os nomes dos infratores;

III – a marca, o modelo e o número de série das armas empregadas; e

IV – os locais das infrações.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator